





U ELREY. Faço saber, que havendo dado no Capitulo quarto, Paragrafo final da Lei de tres de Dezembro de mil setecentos e cincoenta, toda a necessaria providencia para que os Comboyeiros, que introduzem cargas no continente das Minas Geraes, achassem nos Registos dellas a moeda Provincial competente para com ella se fazerem as modicas permutações dos viandantes, e principalmente dos referidos Comboyeiros: os quaes he facto constante, que nada pagão por entrada nos Registos; porque nem tem dinheiro consideravel, nem ouro algum, quando chegão; mas sim, e tão sómente pagão ao tempo da sahida, depois de haverem permutado por ouro os generos que vendem: e sendo-me presentes que os Contractadores das entradas debaixo do affectado pretexto da arrecadação dos direiros, que os sobreditos Comboyeiros só costumão, e podem pagar ao tempo da sahida na referida fórma, atrahiaõ aos mesmos Registos consideraveis quantidades de ouro em pó, que nelles não podia ter outro fim, que não fosse o de se descaminhar em grave prejuizo dos Póvos das ditas Minas: Ordenei por Decreto do primeiro de Janeiro de mil setecentos sincoenta e sinco, se não podesse conservar nos mesmos Registos algum ouro em pó, que excedesse as modicas quantidades, que os respectivos Governadores em Junta com os Ministros, e pessoas mais intelligentes dos seus Governos, arbitrassem, que eraõ indispensavelmente necessarias para com ellas se fazerem as sobreditas permutações. E porque presentemente sobiraõ á minha Real presença em Consulta do Conselho Ultramarino os referidos arbitramentos, e os julguei justos, e dignos da Minha Real approvação, para que por incio delles cessem todas as dúvidas, com que os ditos Contractadores se pertendêraõ sustentar na transgressão da referida Lei com tão intoleravel prejuizo dos meus fiéis Vassallos moradores naquelle territorio: Sou servido ordenar, que nos Registos das entradas para as Minas, e suas annexas, não possaõ conservar-se, em quanto Eu não mandar o contrario, maiores quantidades de ouro em pó, que as seguintes: sessenta oitavas nos Registos das Abobras, Jaguari, e Pitangui; quarenta nos do Zobalé, e Onça; sessenta em cada hum dos de

Na-

Nazareth, e Olhos de Agua; quarenta no de Santo Antonio; e igual quantidade no de Santa Isabel; sessenta nos da Comarca do Serro do Frio; cento e sincoenta no de Capivari; trezentas no da Parahibuna; mil no do Rio das Velhas; duas mil no de Tabatinga, quatrocentas no de Campo Aberto; e em cada hum dos Registos de São Bernardo, das Tres Barras, do Pé da Serra, e de São Bartholomeu duzentas oitavas de ouro: as quaes nunca poderão exceder-se por qualquer causa, ou pretexto, ainda que seja o mais apparente, e mais artificiosamente representado; por quanto a Minha Paternal, e Regia Providencia tem já acautellado os meios mais proporcionados a supprir toda, e qualquer falta, que possa haver, de ouro para as extraordinarias permutações dos viandantes nos casos de concorrerem em maior número; mandando, que tambem se fizessem com moedas Provinciaes de prata, e cobre, que os referidos Contractadores devem ter prevenidas para os Comboyeiros, que entrarem, fazendo pagar aos que sahirem nas Capitaes dos districtos, onde distrahirem os generos, trazendo dellas as descargas necessarias para mostrarem nos Registos da sahida, que deixão pagos os direitos das cargas, que houverem introduzido. E todo o ouro em pó, que exceder as quantidades declaradas neste Alvará, Sou outro sim servido ordenar, que immediatamente á publicação delle, se recolha ao cofre; que na conformidade das minhas Reaes Ordens deve haver em cada huma das Casas dos Registos das entradas: que o Fiel, que nella he obrigado a rezidir diariamente, tenha particular cuidado de o fazer remetter nos termos, que lhe forem concedidos pelos Governadores dos districtos á Casa da Fundição da Comarca respectiva com a arrecadação necessaria, para nella se fundir, e reduzir a barras. E sendo achadas fóra dos cofres dos Registos, ou demorando-se nelles, além dos termos ordenados pelos respectivos Governadores na sobredita fórma, maiores quantidades de ouro em pó, que as permittidas; incorrerão os referidos Contractadores, ou seus Administradores, e Officiaes da Minha Real Fazenda, além das penas estabelecidas pela dita Lei de tres de Dezembro de mil setecentos e sincoenta contra as pessoas, que descaminhão ouro em pó para fóra dos Registos, nas de privação de seus Officios, de inhabilidade para entrar em

em outros de Justiça , ou Eazenda , e de seis annos de degredo para Angola.

Pelo que mando ao Presidente, e Conselheiros do Conselho Ultramarino, Governadores das Relações da Bahia, e Rio de Janeiro, Vice-Rey do Estado do Brasil, Governadores, e Capitães Generaes, e quaesquer outros Governadores do mesmo Estado, aos Ouvidores, Provedores, e mais Ministros, Officiaes, e pessoas do referido Estado, que cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar este meu Alvará, como nelle se contém; o qual valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não passe, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, não obstante as Ordenações, que dispõem o contrario; e sem embargo de quaesquer outras Leis, ou Disposições, que se opponhaõ ao conteúdo neste; as quaes Hei tambem por derogadas para este effeito sómente, ficando quanto aos mais em seu vigor: e este se registará em todos os lugares, onde se costumaõ registrar semelhantes Alvarás, mandando-se o Original para a Torre do Tombo. Escrito em Belém aos quinze de Janeiro de mil setecentos sincoenta e sete.

REY . . .

Thomé Joaquim da Costa Corte-Real.

***A**lvará, por que Vossa Magestade he servido ordenar, que nos Registos das Entradas para as Minas, e suas annexas, não possaõ conservar-se maiores quantidades de ouro em pó para as modicas permutações dos viandantes, que as assi-*
ma

CB 69-525
P8539 Wormser
1757 1-9-69
9
1-512E

ma declaradas: que todo o ouro em pó, que exceder as referidas quantidades, se recolha immediatamente ao cofre, que deve haver em cada humas das Casas dos Registos das entradas; e que o Fiel, que nella he obrigado a rezidir diariamente, tenha particular cuidado de o fazer remetter nos termos, que lhe forem ordenados pelos Governadores dos districtos, á Casa da Fundição da Comarca respectiva com a arrecadação necessaria, para nella se fundir, e reduzir a barras, tudo na fôrma assima declarada.

Para Vossa Magestade ver.

A fol. 2. vers. do Livro 1., em que nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos se registaõ semelhantes Alvarás, fica este lançado. Belém, 19 de Janeiro de 1757

Bento Cuinet.

Joseph Gomes da Costa o fez.

Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

